



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

## **CONFLITOS POLÍTICOS E PODER NA BAHIA OITOCENTISTA: NOTAS SOBRE A TRAJETÓRIA DE JOSÉ ANTÔNIO DA SILVA CASTRO (1792-1844)**

Argemiro Ribeiro de Souza Filho\*  
(FAINOR)

Maria Aparecida Silva de Sousa\*\*  
(UESB)

### **RESUMO**

A comunicação, resultante de uma pesquisa em andamento, apresenta alguns apontamentos sobre a trajetória de José Antônio da Silva Castro, conhecido como "o Periquitão", que teve papel proeminente nas lutas pela Independência da Bahia e, posteriormente, nos conflitos militares ocorridos na província em 1824. Como proprietário de vastas terras e liderança militar, Silva Castro tornar-se-ia uma das maiores autoridades no controle da população local sertaneja, evidenciando questões importantes acerca da dinâmica política e econômica da província baiana no Oitocentos.

### **INTRODUÇÃO**

A primeira metade do século XIX revelou para os habitantes da América portuguesa e posterior Império do Brasil uma vasta gama de alterações políticas que resultaram em um quadro de extrema dinamicidade nos mais variados recantos do país. Atualmente as pesquisas têm contestado interpretações que atribuíam a proeminência do Centro-sul na condução dos eventos que permitiram a concretização da emancipação política em 1822, evidenciando a necessária ampliação da rede de articulações com outras províncias para os encaminhamentos dos problemas políticos coetâneos. Os novos estudos permitiram trazer à tona as dificuldades de solução da crise política haja

---

\* Doutor em História Social. Faculdade Independente do Nordeste (FAINOR). Grupo de Pesquisa Política e Sociedade no Brasil. E-mail: [arsouzafilho@gmail.com](mailto:arsouzafilho@gmail.com)

\*\* Doutora em História Social. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Grupo de Pesquisa Política e Sociedade no Brasil. E-mail: [mariacida3@yahoo.com.br](mailto:mariacida3@yahoo.com.br)



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

vista a complexa conformação do território e a diversidade de interesses postos diante da estrutura econômica latifundiária e escravista do Brasil e o imenso abismo social que marcava sua população.

Ao tratar da Bahia, que aqui nos interessa, muito se avançou na compreensão da dinâmica política dos anos 1820 revelando, inclusive, o envolvimento de grupos sociais e indivíduos anteriormente desconhecidos ou obscurecidos. Esta questão amplia ainda mais quando se busca compreender as articulações, conflitos e condições vigentes nas áreas sertanejas, ultrapassando as áreas centrais de Salvador e do Recôncavo. Aqui, especificamente, serão apresentados alguns apontamentos relativos a uma personagem de grande importância no cenário político e econômico da Bahia na primeira metade do século XIX: José Antônio da Silva Castro, conhecido como “O periquitão”. Antes, porém, trataremos de algumas questões relativas à capitania/província da Bahia no período.

### **Conjuntura política na Bahia Oitocentista**

A eclosão e o prolongamento da crise do Antigo Regime, em fins do século XVIII e princípios do seguinte, propiciaram as mais diversas alternativas políticas manifestas no Ocidente. No Império luso-brasileiro, este processo atingiu seu ápice quando o movimento liberal (vintismo) iniciou-se na cidade do Porto e logo se espalhou para todo o reino português exigindo a convocação e a instalação, em 9 de janeiro de 1821, das Cortes Gerais (BERBEL, 1999).

Na América portuguesa, o desenrolar desses acontecimentos sobreveio de maneira complexa e contraditória, pois, ao mesmo tempo em que os profundos desacordos com os rumos do projeto liberal predominante na fração do reino europeu favoreceram o processo de Independência da antiga colônia americana, foi também conservador na medida em que preservava a escravidão e reforçava o predomínio do senhorio.

No caso da Bahia, embora a historiografia tenha produzido importantes análises sobre a temática, as áreas exteriores à capital e ao Recôncavo baianos continuam



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

merecendo atenção por parte dos estudiosos. De modo geral, os esforços dos pesquisadores concentraram-se, mais detidamente, em torno dos acontecimentos verificados nos circuitos já referenciados, pouco revelando sobre o comportamento dos habitantes das áreas sertanejas nesses processos (TAVARES, 1977; ARAS, 1995; ARAÚJO, 2004; PONTES, 2000; SOUSA, 2009; SOUZA FILHO, 2010).

Com a dissolução do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves em 1822/1823, a situação crítica do novo Império americano e, mais especificamente na província baiana, não foi solucionada. Pelo contrário, os anos seguintes à Independência foram de intensos e constantes conflitos da mais diversa natureza. Conflitos militares, rebeliões escravas, revolta de marinheiros, distúrbios antilusitanos, violência política, ano após ano, desautorizam a caracterização de uma sociedade harmoniosa e apática no contexto do Império do Brasil (REIS, 1976). De fato, de maneira geral, boa parte dos estudos evidencia um cenário extremamente nebuloso que marcou a primeira metade do século XIX. Prova disso foram as revoltas, motins e rebeliões ocorridas no Império de Norte a Sul cujo grau de violência e de participação das camadas populares, em algumas delas, mantiveram as autoridades em permanente estado de alerta (DANTAS, 2012).

Em razão das manifestações sociais e políticas terem acontecido na primeira metade do Oitocentos, atribui-se ao “Segundo Reinado” um período de relativa estabilidade, sobretudo por conta das intervenções vitoriosas que os governos centrais e locais desencadearam sobre as populações revoltosas, reprimindo-as violentamente e assegurando a permanência da frágil unidade territorial. Ainda assim, foi nessa época que alguns conflitos internacionais importantes exigiram da classe dirigente medidas intervencionistas cujos desdobramentos incidiam sobre a dinâmica interna do Império (MATTOS, 1990). As discussões em torno do fim tráfico de escravos, a intervenção do Brasil na região platina e a guerra do Paraguai denunciam os sinais de crise da monarquia mobilizando diversos setores contrários aos rumos políticos e econômicos do país. A esta altura, os ideais republicanos, com a defesa do federalismo, e de abolicionismo, ainda que não fosse novidade, se intensificaram abrindo caminho para a abolição da escravidão em 1888 e a instauração da República no ano seguinte. Mesmo



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

internamente é possível indicar que a estabilidade pretendida pelos governos era algo ainda difícil de ser sustentada.

Todavia, a despeito de variadas dificuldades para sua consolidação, o Império no Brasil vigorou por longos 67 anos. A consolidação desse Estado em meio a um cenário internacional que modificava com extrema rapidez, tanto no que diz respeito às questões econômicas, como na ampliação das ideias liberais e, em decorrência, na crítica à centralização política das monarquias constitucionais, sugere uma intensa movimentação das classes dirigentes para assegurar os seus interesses atuando em diversas frentes. Certamente, um dos aspectos, entre tantos, desse processo de conformação do poder imperial que ainda exige um esforço dos estudiosos para a sua compreensão diz respeito às tensas e complexas relações entre os poderes centrais, situados no Rio de Janeiro e nas capitais das províncias, e entre estes e os poderes locais, presentes nas vilas interioranas.

Em vista disso, algumas pesquisas têm chamado a atenção para a diversidade e dinâmica das relações políticas que envolvem as áreas sertanejas no que diz respeito às primeiras décadas do XIX e, principalmente, nos anos da Independência, evidenciando o quanto de conflitos e desavenças entre autoridades e populações marcou o período. Por meio dessas investigações, é possível afirmar que embora o campo das relevantes decisões políticas estivesse situado na cidade de Salvador e no Recôncavo, local de produção econômica e realização do maior capital investido na mão de obra escrava, a fração da classe proprietária e política residente nas vilas de Rio de Contas e de Caetité, em especial, permanentemente se manifestavam e, não raras vezes, contrariavam as decisões centralizadoras. Além disso, uma parcela significativa de homens e mulheres que não se enquadravam nos polos centrais da sociedade escravista – senhor/escravo – via-se na iminência das dificuldades impostas pelas precárias condições de sobrevivência o que os impulsionava para integrar as complexas tramas da submissão aos proprietários, seja como trabalhadores temporários, seja como capangas e aliados diante das mais variadas contendidas. Esta população, muitas vezes errante e a exigir providências das autoridades, era alvo constante da vigilância e do ordenamento



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

imposto pelo Estado principalmente após a aprovação do Código Criminal de 1830 e das leis correlatas (DANTAS, 2012; FRAGA FILHO, 1996).

Para os sertões poucos estudos têm se debruçado sobre essa questão. A maioria dos trabalhos recentes sobre as áreas sertanejas tem focado os escravos ou os libertos dimensionando o peso das relações escravistas nestas áreas (VASCONCELOS, 1997; NEVES, 1998; PIRES, 2003; ALMEIDA, 2012). No entanto, no que se refere aos homens pobres livres, na formulação de Maria Silvia de Carvalho Franco, ou os desclassificados do ouro, como define Laura de Mello e Souza, muito ainda necessita ser investigado (FRANCO, 1997; MELLO E SOUZA, 2004). Nesse sentido, a dissertação de Patrícia Sanches (2008) fornece um importante contributo quando busca evidenciar a presença desses sujeitos na vila de Rio de Contas e o comportamento político das autoridades locais diante do que consideravam como permanente ameaça à estabilidade política.

A pesquisa ainda em andamento, cuja comunicação ora apresentada é um desdobramento, em sua formulação mais ampla parte de algumas considerações: Como as áreas sertanejas, mais precisamente as vilas de Rio de Contas e de Caetité, reagiram ao processo de ordenamento imposto pelo Estado Imperial na Bahia no pós-Independência? Que manifestações individuais e coletivas podem ser identificadas entre as populações dessas áreas? Como a violência cotidiana presente nestas vilas pode se relacionar com as condições econômicas e políticas da região? Como as famílias proprietárias dessas áreas se relacionavam com os poderes políticos local e central? Os dados parciais deste estudo possibilitam apontar a preeminência de algumas famílias proprietárias que, zelosas dos seus interesses políticos e econômicos, buscaram por meio de variados mecanismos, assegurar a manutenção dos seus privilégios, ora confrontando diretamente com os poderes locais e central, ora se articulando com estes quando não integravam os quadros da estrutura política administrativa das suas localidades. Nesta perspectiva, a trajetória e a posição ocupada por José Antônio da Silva Castro chama a atenção e exige um olhar mais apurado sobre um dos patriarcas de uma grande família proprietária, sertaneja e protagonista de querelas importantes que ajudam a compreender as tramas políticas e econômicas na Bahia oitocentista.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

### **José Antônio da Silva Castro (1792-1844)**

A despeito da intensa atividade política nas primeiras décadas do século XIX e da expressão econômica da sua família, a trajetória de José Antônio da Silva Castro ainda carece de investigação. Segundo Pedro Calmon, os seus antecedentes – Os Castros – teriam vindo de São Paulo, em meados do século XVIII, como integrantes das bandeiras em busca de metais preciosos. Por essa época, se fixaram na Freguesia do Desterro, na fazenda Tapera, dominando “os descampados do Currão”, atual cidade de Castro Alves. O pai de Silva Castro, João Antunes da Silva Castro, já seria um homem de posses quando seu filho nasceu no dia 5 de janeiro de 1792. Sua mãe, d. Anna Pedrosa da Silva Castro teria ainda outros filhos, dentre eles, Ana Constança, que se casaria com um dos primeiros povoadores daquela região, o mineiro João Evangelista dos Santos (CALMON, 1946, p. 9).

Uma das primeiras referências, ainda que vaga, sobre José Antônio da Silva Castro, diz respeito ao contato que teve com alguns dos principais envolvidos na chamada *Revolução pernambucana* de 1817. Em 6 de março desse ano estourou um motim militar na vila do Recife, espaço de grande dinamismo comercial que abrigava um dos principais portos responsável pela centralização dos negócios de uma vasta área, dando início a um amplo movimento que abalou os fundamentos do Estado português. No dia seguinte, um governo provisório foi constituído com a representação dos principais segmentos da sociedade: agricultura, comércio, forças armadas, clero, magistratura que, de imediato, implementou uma série de medidas para a sustentação do novo governo. A orientação das lideranças era pela adoção do sistema republicano e, nesse sentido, “nova bandeira, novos tratamentos e novos costumes deveriam ser implantados”, assim como o estabelecimento de determinados princípios que o diferenciaria da monarquia absolutista, a exemplo da liberdade de consciência, de imprensa, da necessidade de uma assembleia constituinte para a elaboração da constituição e a abolição do alvará que tratava sobre a tributação de vários produtos (BERNARDES, 2005).



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

O governo recém-instituído procurou, desde o início, não apenas se fortalecer internamente buscando o apoio da população por meio de suas decisões, como também pretendeu espalhar sua influência pela Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará evidenciando que o projeto almejava a uma grande articulação para edificar uma só República, além de expor que outros vínculos econômicos, políticos, sociais, estabeleciam-se para além dos marcos territoriais da capitania de Pernambuco (BERNARDES, 2005).

Após a derrota do movimento, cujas ações repressivas estiveram sob o comando do governador da Bahia, o conde dos Arcos, a cidade de Salvador recebeu centenas de presos políticos (cerca de trezentos réus) que lotaram os cárceres da capital, além da alçada responsável pela devassa inicialmente instalada em Pernambuco e quase um ano depois transferida para a Bahia. A presença desse número significativo de prisioneiros, entre os quais se encontrava parte das lideranças do movimento, certamente alterou a dinâmica da prisão, além de aproximá-los de algumas pessoas presumivelmente simpatizantes do movimento, a exemplo de Cipriano Barata que teria organizado grupos de apoio material para os presos, inclusive levado a queixa destes sobre a péssima qualidade da comida servida, por meio de um abaixo-assinado, ao responsável pela guarda penitenciária. A conquista de alguma melhoria e a mobilização entre os presos permitiram, inclusive, a organização de uma escola dentro da masmorra:

Fenômeno raríssimo! A habitação das trevas transformou-se em asilo da luz! A maior sala daquela cadeia assemelhava-se à sala de um liceu: ali moços e velhos com edificante assiduidade consagravam o dia inteiro à aplicação literária; o maior número entregava-se ao estudo das línguas, outros dedicavam-se às Matemáticas; e alguns à Filosofia Racional, e Moral, mutuamente comunicando uns aos outros os seus conhecimentos (BERNARDES, 2005, p. 189).

De acordo as informações de Antônio Pereira Rebouças, um contemporâneo daqueles acontecimentos, José Antônio da Silva Castro lhe confessara que



ISSN: 2175-5493

## XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

Sendo preso na cidade da Bahia por questões de partilha [...], teve por fortuna achar-se na prisão com o desembargador Antônio Carlos de Machado e Silva, que geralmente instruía nas humanidades e ciências sociais e políticas aos seus companheiros de infortúnio; e com o capitão-mor de Suassuna, varão de têmpera espartana, que simplesmente o doutrinara nos deveres do patriotismo e amor da liberdade (REBOUÇAS, 1923, p. 478).

Quais os reais motivos da sua prisão em Salvador? Esta é uma questão ainda obscura. De qualquer modo, é possível formular a hipótese de que a presença de Silva Castro naquele cárcere em meio às questões políticas que envolveram a prisão dos revoltosos de Pernambuco pode ter tido algum impacto em sua formação. O fato é que os prisioneiros somente seriam liberados em 1821 após a adesão da Bahia ao constitucionalismo português. Silva Castro teria participado ativamente deste processo atuando como comandante do batalhão dos Periquitos, organizado por ele mesmo, e que teve atuação importante no decorrer das lutas pela expulsão dos portugueses da cidade de Salvador (CALMON, 1946; TAVARES, 2003).

O movimento pela Independência do Brasil na Bahia alterou substancialmente a dinâmica política da província tendo em vista o amplo arco de mobilização de distintos setores da população que buscaram interferir nos rumos do antigo Reino Unido. Após o 2 de julho de 1823, data local que consagra a ruptura política entre Portugal e Brasil, os problemas foram dimensionados e a tensão social envolvendo escravos, homens livres pobres, soldados e membros da elite aumentou a cada dia.

Em 1824, iniciou em Recife a Confederação do Equador. Os residentes em Pernambuco mais uma vez reagiam às imposições do governo central sediado no Rio de Janeiro, agora sob o comando de d. Pedro I, sobretudo contra o fechamento da Assembleia Constituinte em 1823 e a outorga de uma nova carta pelo Imperador. As razões que motivaram o movimento indicam como as medidas tomadas pela Corte do Rio de Janeiro permaneciam desagradando as províncias situadas ao Norte. Na Bahia os militares deram início a uma conspiração que teve o seu ápice em 25 de Outubro com a revolta do terceiro batalhão e o assassinato do Governador das Armas, coronel Felisberto Gomes Caldeira, que teria sido cometido por soldados vinculados ao Batalhão



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

dos Periquitos cujo comando pertencia ao sargento-mor José Antônio da Silva Castro, o Periquitão.

Os soldados deste batalhão mantinham relacionamento estreito com o seu comandante. Eram, em sua maioria, formados por homens de cor, principalmente sertanejos arregimentados nas proximidades de Curralinho, local em que o sargento-mor José Antônio da Silva Castro possuía uma grande fazenda. Pedro Calmon afirma que a revolta de 25 de Outubro havia sido preparada desde antes e que o próprio Felisberto Gomes Caldeira participara das discussões e concordava com as críticas ao governo de d. Pedro I. Todavia, teria tido fortes divergências com as posições de Silva Castro, provocando sérios desentendimentos entre eles, passando a persegui-lo. Em função disso, teria ocorrido o afastamento do comandante do Batalhão dos Periquitos e o seu envio para o Rio de Janeiro, após ter ficado preso no forte do mar.

Despediu-se, a 22 de outubro, de seus soldados. Trouxera-os do sertão e do recôncavo; com alguns *libertara* Cachoeira, com todos, a capital; conhecia-os um a um, com os seus vícios e as suas qualidades; vários eram lá fora temidos como malfeitores; lá dentro obedeciam-lhe, como ordenanças; sustentara-os, vestira-os, guiara-os, dera-lhes o exemplo no combate; dessa massa desconexa de lavradores e *cabras* formara laboriosamente o seu verde batalhão de linha! (CALMON, 1973, p. 25).

Dentre as acusações que recaíam sobre Silva Castro, constavam a de que promoveria agitações subversivas de caráter republicano (AMARAL, 1923, p. 5-6; TAVARES, 2003, p. 187; SOUZA FILHO, 2003, p. 173; KRAAY;REIS, 2009, p. 401). Tais medidas provocaram a reação dos soldados e o assassinato de Gomes Caldeira. Em repressão, em 6 de dezembro, a maioria dos soldados dos Periquitos foi transferida para Pernambuco. Cinco dias depois, chegou à cidade de Salvador o brigadeiro José Egídio Gordilho de Barbuda, como novo governador das armas. Nos dias seguintes, essa autoridade presidiu a comissão militar que realizou prisões e processos sumários contra algumas lideranças daquele levante. O major Joaquim Sátiro da Cunha, veterano da Guerra de Independência e comandante do forte de São Pedro durante a sublevação, bem como o tenente do batalhão dos Pitangas, Gaspar Lopes Vilas Boas, foram fuzilados



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

no Campo da Pólvora (Salvador), evidenciando que o levante incorporara oficiais de outros batalhões (AMARAL, 1923, p. 5-6; TAVARES, 2003, p. 187; SOUZA FILHO, 2003, p. 173; KRAAY;REIS, 2009, p. 401).

José Antônio da Silva Castro permaneceu no Rio de Janeiro até 1826 (ou 1827) quando retornou a Bahia e aos sertões no comando do Regimento de Cavalaria 43. Ali teria reprimido a revolta dos índios cariris em Pedra Branca e se tornado um combatente de “facinorosos e malfeitores”, a exemplo dos mucunãs, grupo de salteadores que tanto incomodara as autoridades no Alto Sertão da Bahia. Em princípios de junho de 1829, o visconde de Camamu, governador da Bahia aprovou tanto “as providências” de Silva Castro “para a prisão e total extinção dos facinorosos”, quanto o contato dessa autoridade com o capitão-mor do arraial da Conquista, Antônio Dias de Miranda, o qual deveria, “sem hesitar, cooperar para o mesmo fim (SOUZA FILHO, 2003, p. 188-189)<sup>67</sup>. Ademais, “mantinha fiéis ao governo as populações de Caetité, da Barra do Rio das Contas, indiferente às revoltas que de 1831 a 38 lavrariam na capital, esquecido dos amigos de 1824, esteio da ordem, cavaleiro andante da legalidade [...]” (CALMON, 1946, p. 24). Ao que parece, por essa época tornara-se um dos homens de confiança do governo provincial em atuação nos sertões da Bahia.

Em 1844 Silva Castro aparece como dono de vastas propriedades de terras que iram “do recôncavo ao S. Francisco” e milhares cabeças de gado espalhadas pelas muitas fazendas. Casara-se com a rica viúva d. Joana de São João, com quem teve mais seis filhos. De união anterior tivera duas filhas legítimas: Clélia Brasília e Pórcia Carolina. Esta última foi protagonista de um conflito familiar que mobilizou diversas autoridades pouco depois da morte de seu pai ocorrida em 21 de Outubro de 1844. Um acontecimento que ainda demanda maiores investigações sobre a trama que envolveu interesses variados.

De modo geral, os escritos sobre o tema tratam de um possível rapto de uma moça na região de Caetité ocorrido em 1844. À época, Pórcia Castro tinha 16 anos,

---

<sup>67</sup> Presidência da província — Registro de correspondência expedida a várias autoridades. APEB. Seção de Arquivo: Colonial e Provincial. Data: 6/06/1829. Maço: 1630.



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

quando conheceu o jovem Leolino Pinheiro Canguçu, de 23 anos. Na ocasião do rapto, as filhas de Silva Castro estavam em companhia de seu tio paterno, Clemente Antunes da Silva Castro, e seguiam para as terras do Currálinho de onde deveriam ir a Salvador completar seus estudos após a morte do pai. No caminho, pararam na fazenda Brejo do Campo Seco, nas proximidades do atual município de Brumado, pertencente à família Canguçu, ocasião em que Pórcia teve contato com Leolino, casado e descendente de uma poderosa família proprietária cujas origens remontam ao século XVIII, quando seu avô se instala na região (SANTOS FILHO, 2012). Leolino teria então se apaixonado perdidamente pela jovem, sequestrando-a. A sua atitude despertou o desejo de vingança dos Castro que, aliados a outras famílias próximas – Mouras e os Rocha Medrados – desencadeou um conflito sangrento contra o Canguçu mobilizando várias autoridades da Bahia para tentar contê-lo. O episódio foi retratado de forma romanesca por Afrânio Peixoto (Sinhazinha, 1929) e Jorge Amado (ABC de Castro Alves, 1941) e, mais recentemente, por Mário Rizério Leite (Poeira no Ar, 1972) e Dário Cotrim (O Idílio de Pórcia e Leolino, 2005). Certamente, como observa Licurgo Santos Filho (2012), o interesse maior pelo ocorrido tenha sido o fato da Pórcia ser tia do poeta baiano Antônio Frederico de Castro Alves (1847-1871), filho da sua irmã Clélia Brasília de Castro Alves.

Do ponto de vista da abordagem histórica, o conflito entre as famílias foi analisado por Pedro Calmon (1947, 1973) e Licurgo Santos Filho (1956), ampliando o entendimento sobre o mesmo. Em trabalho de dissertação de mestrado, defendida em 2014, Luiza Campos de Souza fornece novos e importantes informações sobre o envolvimento de Pórcia e Leolino, dimensionando as razões que provocaram um dos maiores conflitos familiares ocorridos nos sertões baianos e que diz respeito não apenas às divergências históricas entre os clãs envolvidos como também às disputas de poder entre as autoridades locais e centrais na resolução do problema em um período fundamental de consolidação e ampliação do Estado imperial naquelas áreas. Os Mouras, assim como os Castros, constituía uma família de poderosos proprietários de terras, escravos, gados e ocuparam posições políticas importantes no Alto Sertão. A violência e o desejo de vingança que mobilizou aliados de ambos os lados sugerem que as



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

divergências ultrapassaram a questão imediata do possível sequestro de Pórcia. Uma análise mais apurada sobre a trajetória de José Antônio da Silva Castro e a consolidação do seu poder econômico e político poderá evidenciar aspectos fundamentais da dinâmica sertaneja na Bahia Oitocentista.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Kátia Lorena Novais. **Alforrias em Rio de Contas**. Século XIX. Salvador: Edufba, 2012
- AMARAL, Braz do. **História da Bahia**: do Império à República. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1923
- ARAS, Lina Maria Brandão de Aras. **A Santa Federação Imperial**. Bahia (1831-1833). São Paulo: Universidade de São Paulo, 1995 (Doutorado em História Social)
- ARAUJO, Ubiratan Castro de. **A política dos homens de cor no tempo da Independência**. Estudos Avançados, n. 18, v. 50, p. 253-269, 2004
- BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato**: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas (1821-1822). São Paulo: Hucitec, 1999
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional**: Pernambuco, 1820-1822. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006
- CALMON, Pedro. **História de Castro Alves**. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1947
- \_\_\_\_\_. **Castro Alves**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1973
- DANTAS, Mônica Duarte (Org.). **Revolutas, motins, revoluções**. homens livres, pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda Editorial, 2012
- FRAGA FILHO, Walter. **Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX**. São Paulo/Salvador: Hucitec; Edufba, 1996
- KRAAY, Hendrik; REIS, João José. "The tyrant is dead"! The revolt of the Periquitos in the Bahia, 1824. HAHR, 89:3, 2009, p. 399-434
- MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema**: a formação do Estado Imperial. São Paulo, Hucitec, 1990
- NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma comunidade sertaneja**: da sesmaria ao minifúndio (um estudo de história regional e local). Salvador: Edufba; Feira de Santana: UEFS, 1998
- PIRES, Maria de Fátima Novaes. **O crime na cor**: escravos e forros no alto Sertão da Bahia (1830-1888). São Paulo: Annablume /Fapesp, 2003



ISSN: 2175-5493

XI COLÓQUIO DO MUSEU PEDAGÓGICO

14 a 16 de outubro de 2015

- PONTES, Kátia Vinhático. **Mulatos, políticos e rebeldes baianos**. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000
- REBOUÇAS, Antonio Pereira. **Recordações Patrióticas**. 1821-22. Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, n. 48. p. 455-506, 1923
- REIS, João José. “**A elite baiana face os movimentos sociais**, Bahia: 1824-1840”. Revista de História, v. LIV, n. 108, ano: XXVII, São Paulo, Outubro-Dezembro, 1976
- SANCHES, Nanci Patrícia Lima. **Os livres pobres sem patrão nas minas do Rio das Contas**, século XIX (1830-1870). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2008 (Mestrado em história social)
- SANTOS FILHO, Licurgo. **Uma comunidade rural do Brasil Antigo** (aspectos da vida patriarcal no Sertão da Bahia nos séculos XVIII e XIX). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 4. ed, 2004
- SOUZA, Maria Aparecida Silva de. **Bahia: de capitania a província**, 1808-1823. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009 (Doutorado em História Social)
- SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. **A guerra de Independência na Bahia: manifestações políticas e violência na formação do Estado Nacional** (Rio de Contas e Caetitê). Salvador: Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003 (Mestrado em História)
- \_\_\_\_\_. **Confrontos políticos e redes de sociabilidades**. Bahia, 1821-1823. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010 (Doutorado em História Social)
- SOUZA, Luiza Campos de. **Banditismo rural na primeira metade do século XIX: Canguçus e os “Peitos Largos” contra Castros e Mouras nos sertões da Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2014 (Mestrado em História)
- TAVARES, Luís Henrique Dias. **Da Sedição de 1798 à Revolta de 1824 na Bahia: Estudos sobre a Sedição de 12 de agosto de 1798, o soldado Luís Gonzaga das Virgens, os escravos no 1798, Francisco Agostinho Gomes, Cipriano Barata e Levante dos Periquitos**. Salvador: Edufba; São Paulo: Unesp, 2003
- VASCONCELOS, Albertina Lima. **Ouro: conquistas, tensões, poder. Mineração e escravidão – Bahia do século XVIII**. 1997. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1997 (Mestrado em História)